



## PROTAGONISTA

ENTREVISTA **MÁRIO NOGUEIRA** secretário-geral da FENPROF

# “Se o Governo não cumprir compromissos avançamos para greves”

Na véspera da “grande manifestação nacional de professores”, o secretário-geral da FENPROF acusa o ministro da Educação de ter “desaparecido” e ameaça com greves no período de avaliações finais.

**GUSTAVO SAMPAIO**  
gsampaio@jornaleconomico.pt

**O que motiva e quais são os objetivos da manifestação nacional de professores agendada para amanhã?**

Esta é uma manifestação que une todas as organizações sindicais, portanto, não é apenas a FENPROF. É um momento em que os professores têm que ir para a rua dizer que “basta”, por um lado, e por outro dizer que exigem ser respeitados. Porque nós estamos a falar de assuntos que não são novos, não surgem agora. Nós começámos logo no início do ano letivo, ainda em 2017, com um conjunto de situações, negociações que levaram a que o Governo tivesse assumido compromissos com os professores. No dia 18 de novembro houve uma reunião no Ministério da Educação (ME), que acabou a altas horas da noite, cinco ou seis da manhã, em que o Governo assumiu com as organizações sindicais o compromisso de contar o tempo de serviço dos professores que esteve congelado durante nove anos, quatro meses e dois dias. O compromisso de contar esse tempo de serviço, de uma forma faseada. E também o compromisso de encontrar respostas para um problema muito grande que afeta os professores neste momento, que é o problema do desgaste. E é um desgaste que decorre de dois fatores principais. Por um lado, o envelhecimento. Nós temos uma profissão em que mais de metade dos profissionais já tem mais de 50 anos de idade, uma parte dos quais já tem mais de 60 anos. Em cima deste envelhecimento há uma sobrecarga do horário de trabalho. Os horários dos professores são ilegais, como trabalhadores da função pública têm um horário de 35 horas semanais e o certo é que o tempo de trabalho médio semanal dos professores está calculado em 46 horas e 42 minutos por semana.

Ou seja, esta sobrecarga de trabalho, com a sobrecarga de tarefas burocráticas a que os professores também estão sujeitos, e o envelhecimento. O Governo, em 18 de novembro, assumiu os compromissos de contar o tempo de serviço aos professores, de resolver o problema do envelhecimento, através de medidas como a aposentação, e de resolver o problema dos horários de trabalho...

**E falhou esses compromissos?**

Zero, até agora zero. Reuniões não faltaram, o senhor ministro gosta muito de dizer que já se realizaram muitas reuniões, há dias afirmava que só este ano já houve 12 reuniões e eu diria que esse até é um mau sinal, porque quando há soluções para os problemas, às vezes bastam uma ou duas reuniões. Quando se realizam muitas é porque não há soluções, os problemas arrastam-se, vai-se reunindo para fingir que se está a encontrar uma solução e não está. Nós estamos a falar de novembro de 2017 e já vamos em maio de 2018. Nós procurámos até que estas coisas tivessem uma resposta muito cedo, precisamente para libertar o final do ano letivo, que é sempre uma altura complicada para os alunos, para as escolas, para os professores, mas o Governo arrastou isto até agora sem cumprir esses compromissos. E portanto é isto que, no final do ano letivo, traz os professores para a rua. E depois, claro, houve matérias novas que apareceram, os concursos, toda uma confusão lançada pelo ME agora com os concursos. São aspetos adicionais. Mas eu diria que o que está na base desta manifestação é sobretudo isto: os compromissos assumidos em novembro que o Governo até hoje tem zero de cumprimento.

**A FENPROF entregou recentemente um “lembrete” ao ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, vincando a necessidade de uma**

**reunião urgente para debater os problemas do setor. Houve uma mudança de atitude da parte do ministro?**

Completamente, o senhor ministro desapareceu, não existe.

**Deixou de se reunir?**

Sim. Há muitas reuniões sem grande consequência, é verdade. Há muitas reuniões com os secretários de Estado, em que o senhor ministro deixou de aparecer. Hoje só se vê o ministro quando são matéria relacionadas com o desporto, ou então aparece em iniciativas nas escolas, de uma forma fugaz, e

normalmente em matérias que têm a ver com os alunos. Em relação aos professores, o senhor ministro desapareceu, não existe. No início da legislatura foi o senhor ministro quem propôs às organizações sindicais fazer reuniões trimestrais. Nós tínhamos dito que era importante haver reuniões regularmente, não de cariz negocial mas algo mais político, para fazer uma avaliação das medidas, dos problemas, identificar, diagnosticar, lançar processos negociais. E o senhor ministro, logo no início, disse que sim, que estava de acordo e até propunha que esses contactos, essas reuniões fossem trimestrais. Ora, nós achámos bem, só que as reuniões começaram por ser trimestrais, depois os trimestres começaram a ganhar dias, a ganhar semanas, e este já vai em oito meses. A última vez que vimos o senhor ministro numa reunião destas foi em setembro de 2017. E portanto está a ter um comportamento exatamente igual ao comportamento, por exemplo, do ministro anterior. O ministro Nuno Crato, a certa altura da legislatura, desapareceu. O ministro atual, Tiago Brandão Rodrigues, fez exatamente o mesmo. Portanto, não dá a cara. Ele é que é o responsável político pelo ME e deveria fazê-lo, dar a cara.

**No início da legislatura dizia-se que Mário Nogueira tinha o ministro da Educação no bolso. O ministro escapou-se do seu bolso?**

Não, o ministro nunca esteve no meu bolso, porque eu tenho bolsos pequenos, portanto, isso não podia ser. E eu percebo que a direita política gostasse, ou quisesse, apanhar boleia dos professores e da FENPROF para poder desgastar o Governo. Mas o nosso objetivo é sobretudo obter resultados. E o que aconteceu foi que, no início da legislatura, até ao segundo ano, houve um conjunto de problemas que foram de facto resolvidos e

“

O ministro nunca esteve no meu bolso, porque eu tenho bolsos pequenos. [...] Eu percebo que a direita política quisesse apanhar boleia dos professores e da FENPROF para poder desgastar o Governo



que eram problemas criados pelo Governo anterior, precisamente os que dizem que o ministro estava no nosso bolso. E eu recorde: acabaram as bolsas de contratação de escolas, acabou a prova dos professores contratados, acabou aquele exame da Cambridge, acabou a requalificação ou a mobilidade especial onde já havia professores, os salários foram repostos integralmente, etc. Em suma, houve um conjunto importante de medidas, as quais eram aliás reivindicações dos professores, e que foram resolvidas, de facto, pelo ME e o Governo. Por exemplo, havia professores que estavam já em requalificação e iriam ter perdas salariais e eventualmente iriam ser despedidos, mas acabaram por voltar a ser integrados. Ou seja, nós não iríamos, com certeza, manifestarmonos contra medidas que sempre defendemos.



Cristina Bernardo

tratadas as pessoas, evidentemente que por vezes traz muita gente para a rua. Isso não há. Agora, naquilo que tem a ver com as medidas em si, bom, algumas delas vêm desse tempo. A questão dos horários de trabalho, da aposentação, do agravamento dos requisitos... Repare, até há 10 anos, os professores podiam aposentar-se aos 36 anos de serviço. Hoje podem aposentar-se, não aos 40, mas aos 40 desde que tenham 66 anos e quatro meses de idade. Estamos a ver o que é, por exemplo, uma educadora de infância com 65 anos com um grupo de 25 crianças de três anos, ou um professor de 64 com turmas de 12º ano, por vezes com problemas extremamente complexos?

#### Se o Governo não cumprir os compromissos assumidos, tenciona organizar mais manifestações, ou até greves de professores?

Sim, provavelmente ainda este ano. Nós temos estado a fazer plenários por todo o país e, de facto, o que os colegas dizem é isso. Este tem que ser um forte sinal para o ME e para o Governo, de que têm de resolver os problemas dos professores. Nós em 2008 tivemos uma grande marcha de indignação, como se chamou na altura. Eu acho que esta manifestação de amanhã é a marcha pelo respeito que é devido aos professores. Mas é um respeito que não pode ser só de conversa, porque de palavras e discursos estamos nós cheios. É respeito pelos professores traduzido em medidas concretas que solucionem os problemas. O que é preciso são as medidas, com as quais, aliás, o Governo se comprometeu. Há tempos, ainda no primeiro período, encontramos o senhor ministro à entrada da Fundação Calouste Gulbenkian e abordámo-lo sobre estas questões. E o senhor ministro disse que lutaria radicalmente pelos professores. Foi o que ele nos disse. Eu não sei se ele lutou radicalmente, mas nós não precisamos de ministros que lutem radicalmente, só precisamos de ministros que resolvam problemas, que é uma coisa que ele não tem feito. Portanto, muitos colegas estão a falar nisso, a seguir a esta manifestação, se não houver uma resposta adequada, iremos fazer rapidamente esse debate e eventualmente avançar com ações, podendo ser greves. Se o Governo não cumprir os compromissos avançaremos para greves. Nós estamos no final do ano e, a realizarem-se, poderão mesmo coincidir com o período de avaliações finais. Mas sublinho que nós não quisemos arrastar até aqui, porque estes são compromissos que o Governo assumiu em novembro. Estamos em maio e ainda não cumpriu. ●

#### O que mudou entretanto?

O que acontece é que a partir de meio da legislatura, quando se chega ao miolo dos problemas, às questões fundamentais que estão aqui, como as carreiras, a recuperação do tempo de serviço, os horários, o problema da aposentação, o problema da municipalização que está aí em cima da mesa, com o Governo e o PSD a entenderem-se para avançar por esse caminho, bom, as coisas alteraram-se profundamente. O que nós afirmámos no início, recordo-me, foi que o ME e o Governo estavam a dar sinais interessantes, agora vamos ver se eles se transformam em medidas importantes. Os sinais foram interessantes, isso é inegável, mas as tais medidas de fundo importantes que os professores e as escolas aguardam, essas não surgiram e, pelo contrário, cada vez mais se vai percebendo que não es-

tão para surgir, porque as reuniões são um vazio completo. Nós tivemos uma reunião no passado dia 3 de maio que foi um vazio completo. Não com o ministro, com os dois secretários de Estado, tinha a ver com as questões do envelhecimento, da aposentação, do desgaste, uma reunião convocada pelo ME. Sinceramente, nós saímos dessa reunião sem perceber para que existiu. Ultimamente tem sido isto. É uma coisa absolutamente inaceitável e que, evidentemente, está a criar nos professores um clima de grande indignação. A manifestação surge também por isso.

#### Contam mobilizar 100 mil manifestantes como em 2008?

Isso não é possível. Porque quando nós chegámos em 2008 a 100 mil, de lá para cá, nestes 10 anos, a redução do número de professores no sistema é superior a um terço.

Na altura nós tínhamos 150 a 160 mil professores. Nós hoje temos nas escolas, a trabalhar efetivamente, cerca de 110 mil professores. Há uma quebra enorme, mais de um terço.

#### A situação é tão grave como em 2008?

Eu até tenho a ideia de que é mais grave. O grande problema que os professores sentiram em 2008, então com um clima diferente, era um grande confronto até do ponto de vista discursivo da então ministra Maria de Lurdes Rodrigues. Isso nunca aconteceu, nem antes nem depois. Ou seja, quando temos um ministro ou uma ministra que afirma publicamente que perdeu os professores mas ganhou a opinião pública... Aliás, nessa altura eu lembro-me que os requisitos para a aposentação de professores agravaram-se, nessa altura a car-

reira foi dividida, nessa altura foram introduzidas várias medidas absolutamente negativas e, portanto, eu diria que foi um momento de grande confronto e também um momento em que os professores foram muito enxovalhados, quer pela ministra quer pelo primeiro-ministro de então, José Sócrates. Como é que se mobilizaram 100 mil professores? Eu diria até que metade foram as organizações sindicais e a outra metade foi a ministra com a sua forma de estar, de afirmar e de acusar os professores. Essa situação não se viveu antes e não se viveu depois. Do ponto de vista das políticas educativas, durante os quatro anos do Governo anterior, Nuno Crato, elas foram muito mais negativas, mas este clima de provocação permanente aos professores não existia, como não existe hoje. Esta indignação que por vezes surge da forma como são